

The background of the entire page is a blurred industrial scene, likely a factory or warehouse, with various structures and equipment. A large, semi-transparent blue geometric shape, consisting of several overlapping triangles, covers the top and left portions of the image, creating a modern, abstract design.

CARTA DA INDÚSTRIA SANTA CATARINA

2027 > 2030

FIESC



CARTA DA INDÚSTRIA SANTA CATARINA

2027 > 2030

FIESC

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIAS E CONSELHOS - GESTÃO FIESC 2025 A 2028

FIESC

Presidente:

Gilberto Seleme

1º Vice-Presidente:

André Armin Odebrecht

Diretor 1º Secretário:

Edvaldo Ângelo

Diretor 2º Secretário:

Nivaldo Pinheiro

Diretor 1º Tesoureiro:

Marco Aurélio Alberton

Diretor 2º Tesoureiro:

Evair Oenning

**VICE-PRESIDENTES PARA
ASSUNTOS REGIONAIS**

Alto Uruguai Catarinense:

Álvaro Luis de Mendonça

Alto Vale do Itajaí:

Lino Rohden

Centro-Norte:

Leonir Antônio Tesser

Centro-Oeste:

Márcio Luís Dalla Lana

Extremo Oeste:

Astor Kist

Foz do Rio Itajaí:

Maurício Cesar Pereira

Litoral Sul:

Thiago Sant' Anna Fretta

Norte-Nordeste:

Terencio Knabben Oenning

Oeste:

Waldemar Antonio Schmitz

Planalto Norte:

Arnaldo Huebl

Serra Catarinense:

Paulo Cesar da Costa

Sudeste:

Micheli Poli Silva

Sul:

Edilson Zanatta

Vale do Itajaí:

Ulrich Kuhn

Vale do Itapocu:

Célio Bayer

Vale do Itajaí Mirim:

Edemar Fischer

**VICE-PRESIDENTES PARA
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS**

Leonardo Fausto Zipf

Neivor Canton

Ney Osvaldo Silva Filho

Rui Altenburg

**DIRETORES EXECUTIVOS DA FIESC
E SUAS ENTIDADES**

**Superintendente do SESI/SC & Diretor
de Gestão de Pessoas e Desempenho:**

Daniel José Tenconi

**Superintendente do IEL/SC
& Diretor de Desenvolvimento Indus-
trial e Inovação:**

José Eduardo Azevedo Fiates

**Diretor Regional do SENAI/SC
& Diretor de Gestão de Mercado:**

Fabrizio Machado Pereira

Diretor Institucional & Jurídico:

Carlos José Kurtz

**Diretor de Desenvolvimento
Corporativo & Negócios:**

Alfredo Piotrovski

Chefe de Gabinete da Presidência:

Maria Teresa Bustamante

CARTA DA INDÚSTRIA SANTA CATARINA

2027 > 2030

FICHA CATALOGRÁFICA

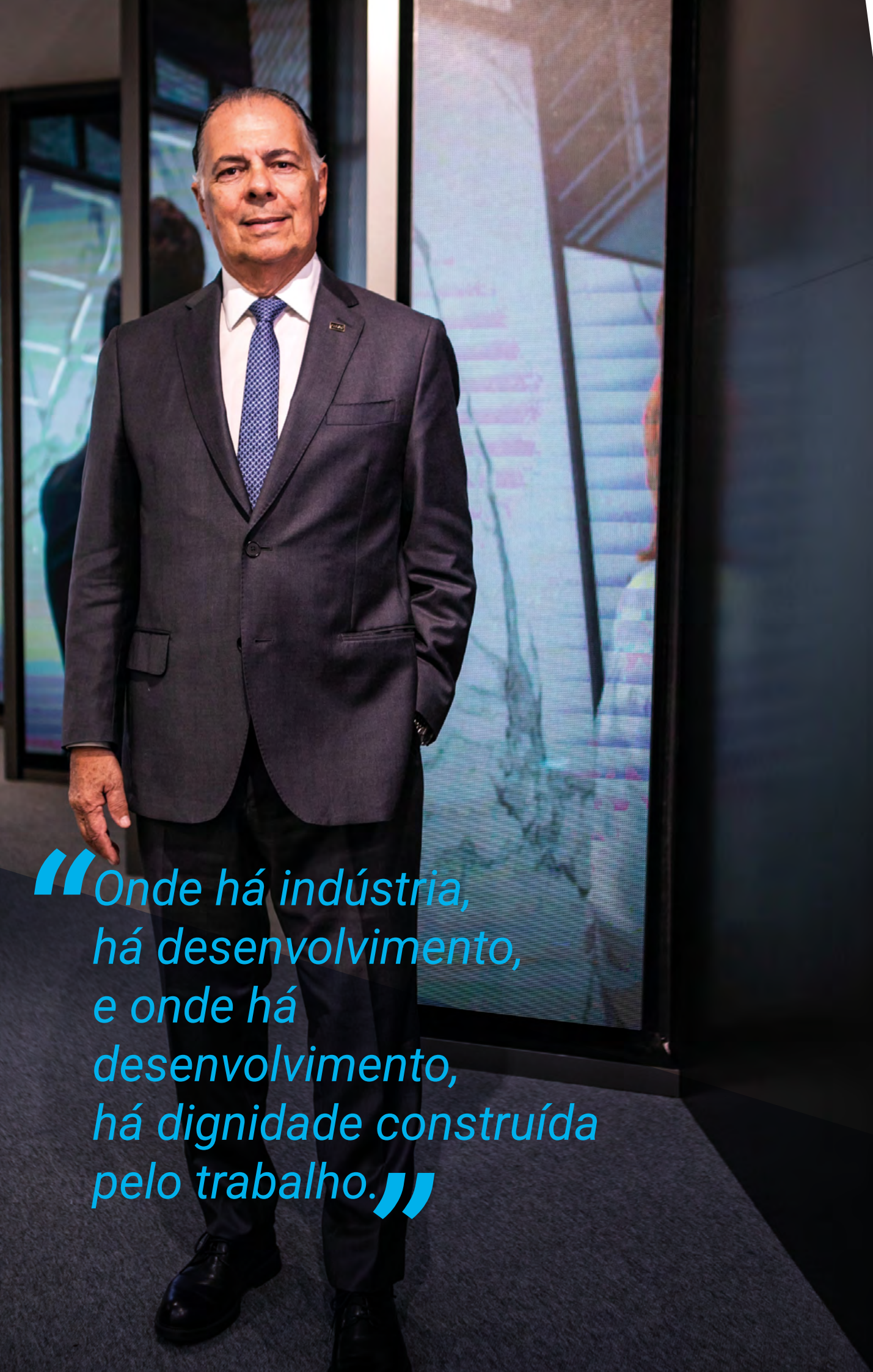
F293c Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Carta da indústria : Santa Catarina 2027 > 2030 / Federação das
Indústrias do Estado de Santa Catarina. - Florianópolis: FIESC,
2026.
28 p. : il. color ; 27 cm.

1. Santa Catarina. 2. Economia. 3. Indústrias – Cartas - Santa
Catarina. 4. Santa Catarina - Eleições. I. Título.

CDU 338.45(816.4)

Catálogo na fonte por Luciana Eftting Takiuchi – CRB 14/937

Acesse: fiesc.com.br/carta



“Onde há indústria,
há desenvolvimento,
e onde há
desenvolvimento,
há dignidade construída
pelo trabalho.”

> Nosso Partido é a Indústria!

Onde há indústria, há desenvolvimento, e onde há desenvolvimento, há dignidade construída pelo trabalho. Ao longo de minha trajetória, entendi que a indústria transforma realidades, leva nossos produtos além das fronteiras e cria prosperidade onde antes havia limitações.

Isso não acontece ao acaso. Competir exige compreender produtos e clientes e enxergar oportunidades onde ninguém mais imaginava. O empresariado catarinense sabe que a melhor fonte para o crescimento está em investir no próprio negócio. Por isso, está continuamente fazendo sua parte, buscando alternativas para ampliar mercados e melhorar processos e produtos.

É essa faísca empreendedora que dá início a processos virtuosos que explicam o desenvolvimento do estado. Depois de identificar uma oportunidade, logo o empresário constata a necessidade de qualificar trabalhadores e apoiar a formação de talentos. Colaboradores ganham habilidades; organizações ampliam competitividade, ousam a busca de novas soluções e, paulatinamente, transformam seu entorno. A empresa não se limita a ser uma unidade de transformação de insumos em produtos; ela constitui um espaço de qualificação humana, um

repositório de conhecimentos e o núcleo de um ecossistema, atuando diretamente como o motor do crescimento econômico.

Após décadas dedicadas à indústria, aprendi que o esforço de quem empreende pode ser fortalecido ou limitado pelas decisões políticas, e que os acertos, assim como os erros, não pertencem a uma única corrente de pensamento. Por isso, afirmo sempre: o partido da FIESC é a indústria. Isso não significa neutralidade passiva, mas compromisso ativo com políticas pró-negócios, capazes de valorizar o trabalho, estimular a industrialização e incentivar o empreendedorismo. Nesse sentido, por exemplo, uma estratégia moderna de desenvolvimento industrial é cada vez mais indispensável, como demonstram os países que avançam de forma competitiva.

A Carta da Indústria 2027–2030 reúne 89 propostas prioritárias, organizadas em 10 áreas temáticas. O documento é resultado do conhecimento acumulado pelas entidades da FIESC, aliado a um amplo processo de escuta que envolveu líderes empresariais de diversas regiões de Santa Catarina e os 14 Conselhos Setoriais e Temáticos da Federação.

As propostas visam ampliar a produtividade, estimular a inovação, fortalecer a segurança jurídica, impulsionar a competitividade da indústria e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. São consideradas prioritárias porque o adiamento de sua implementação pode impor custos significativos ao desenvolvimento do estado. Isso, contudo, não significa que sejam definitivas. Ao contrário, representam uma base para o diálogo e podem ser aprimoradas por meio da construção conjunta de soluções.

Mais do que a convergência em torno de uma agenda, a FIESC espera dos próximos governantes abertura para ouvir, dialogar e cooperar. Somente com essa disposição será possível construir e implementar uma estratégia de desenvolvimento sólida, responsável e de longo prazo para Santa Catarina.

É de uma FIESC forte, independente e comprometida com o futuro que Santa Catarina precisa. Uma instituição aberta ao diálogo, firme em seus princípios e incansável no cumprimento de sua missão. Em qualquer eleição, em qualquer tempo, o nosso compromisso será o mesmo: a indústria a serviço do desenvolvimento catarinense.

Gilberto Seleme
Presidente da FIESC

> Sumário

I. Área de incentivos ao desenvolvimento econômico		VI. Área de Meio Ambiente	
Propostas prioritárias	10	Propostas prioritárias	20
Desafios	11	Desafios	21
II. Área de Inovação		VII. Área de Logística e Infraestrutura	
Propostas prioritárias	12	Propostas prioritárias	22
Desafios	13	Desafios	23
III. Área de Educação		VIII. Área de Segurança Pública	
Propostas prioritárias	14	Propostas prioritárias	24
Desafios	15	Desafios	25
IV. Área de Saúde		IX. Área de Comércio Exterior	
Propostas prioritárias	16	Propostas prioritárias	26
Desafios	17	Desafios	27
V. Área Trabalhista		X. Área Setorial	
Propostas prioritárias	18	Propostas prioritárias	28
Desafios	19		



I. Área de incentivos ao desenvolvimento econômico

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

		DESAFIOS
1ª	Não aumentar a alíquota dos impostos estaduais.	CARGA E CUMULATIVIDADE TRIBUTÁRIA
2ª	Liderar, junto ao Judiciário, a criação de um novo projeto de lei para revisar e reduzir a atual tabela de emolumentos cartoriais.	CARGA E CUMULATIVIDADE TRIBUTÁRIA
3ª	Reduzir gradualmente o prazo de devolução dos créditos de ICMS sobre bens do ativo imobilizado, de 48 para 12 meses em quatro anos.	EFICIÊNCIA TRIBUTÁRIA QUE AFETA INVESTIMENTOS
4ª	Reduzir o prazo de devolução dos créditos de exportação, inclusive os transacionados entre contribuintes.	EFICIÊNCIA TRIBUTÁRIA QUE AFETA INVESTIMENTOS
5ª	Adequar os mecanismos de garantia de crédito à realidade das empresas que mais necessitam.	ACESSO A CAPITAL
6ª	Reduzir custos operacionais e financeiros do Badesc e BRDE.	CUSTO DE CAPITAL
7ª	Incluir a Complexidade Econômica Regional como critério para incentivos do Prodec e para as linhas de crédito subsidiadas do Badesc e do BRDE.	EQUILÍBRIO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
8ª	Criar um Fundo Estadual de Desenvolvimento para atrair investimentos em setores estratégicos, preservando a competitividade catarinense frente à assimetria tributária da ZFM, e impulsionar a diversificação da base industrial.	ATRATIVIDADE AO INVESTIMENTO PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA
9ª	Ampliar a participação da indústria nos fundos de financiamento dos bancos públicos estaduais, com programas voltados à modernização industrial e à inovação.	COMPETITIVIDADE E DESINDUSTRIALIZAÇÃO
10ª	Aprofundar medidas de racionalização das despesas públicas e de fortalecimento do equilíbrio fiscal para ampliar os investimentos em infraestrutura.	FINANCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA

DESAFIOS

1. Eficiência Tributária que Afeta Investimentos

A complexidade tributária, a insegurança jurídica e a demora na recuperação de créditos elevam custos e reduzem a previsibilidade dos negócios. Isso aumenta o custo dos investimentos e desestimula novos projetos produtivos.

2. Carga e Cumulatividade Tributária

O nível atual e a cumulatividade dos impostos sobre o consumo limitam a competitividade industrial, ao impor custos de produção mais elevados do que os de concorrentes internacionais.

3. Custo de Capital

O elevado custo de capital no Brasil decorre da alta taxa de juros, dos custos financeiros e operacionais do sistema bancário e da insuficiência de mecanismos de garantia de crédito. Esse cenário reduz a propensão da indústria para investir.

4. Acesso ao Capital

Micro e pequenas empresas enfrentam dificuldades de acesso ao crédito pela insuficiência de garantias. O problema tende a se agravar com a retração econômica

projetada para 2027, cenário em que os bancos tendem a ficar mais restritivos justamente quando as empresas mais precisam de financiamento.

5. Equilíbrio Regional de Desenvolvimento

A crescente concentração da atividade econômica na região Litoral Norte pressiona a infraestrutura e os serviços públicos, enquanto outras permanecem com baixo dinamismo e oportunidades limitadas. Essa disparidade tem ampliado as desigualdades e comprometido o modelo de desenvolvimento catarinense, marcado por diversificação produtiva e equilíbrio regional.

6. Atratividade ao Investimento pós-Reforma Tributária

Grande parte da atratividade de Santa Catarina para novos investimentos esteve associada aos incentivos fiscais, que serão progressivamente restringidos a partir de 2029 com a Reforma Tributária.

7. Competitividade e Desindustrialização

Santa Catarina é um dos principais exemplos da relação entre industrialização e desenvolvimento econômico. No entanto, a crescente concorrência asiática, a rápida difusão tecnológica global e o Custo Brasil vêm reduzindo a competitividade da indústria catarinense e ampliando o processo de desindustrialização.

8. Financiamento da Infraestrutura

A Reforma Tributária reduz a capacidade do estado de financiar investimentos em infraestrutura justamente quando os custos de logística, energia e conectividade se tornam cada vez mais relevantes para a competitividade industrial. Esse cenário exige novas fontes permanentes de financiamento para evitar a perda de competitividade do estado.

II. Área de Inovação

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

		DESAFIOS
1ª	Construir um roadmap de tecnologias, produtos e mercados estratégicos para orientar o desenvolvimento da indústria catarinense.	DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO
2ª	Criar um programa de educação, financiamento e promoção para posicionar Santa Catarina como referência em gestão ambiental e sustentabilidade.	INOVAÇÃO AMBIENTAL
3ª	Implementar o programa “Made in SC”, inspirado em iniciativas europeias e asiáticas, para fortalecer a qualidade, a inovação, o design e a identidade dos produtos catarinenses.	AGREGAÇÃO DE VALOR
4ª	Estruturar soluções e práticas para capacitação e aferição da elevação da absorção tecnológica por parte das empresas do estado.	ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS
5ª	Ampliar e fortalecer programas de formação tecnológica, bem como avaliar sua disseminação e adoção pelo setor empresarial.	ALINHAMENTO ENTRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA
6ª	Criar um sistema de apoio à integração entre projetos de P&D de instituições de pesquisa e empresas voltadas a mercados de alto valor agregado.	INTEGRAÇÃO ENTRE CT&I E EMPRESAS
7ª	Disponibilizar informações e serviços de apoio para o acesso a investimentos, subvenções, financiamentos, garantias e participação em empresas de base tecnológica, de alto crescimento e com potencial competitivo.	ACESSO A TECNOLOGIA E RECURSOS
8ª	Estruturar e implementar projetos de desenvolvimento regional e setorial para consolidar cadeias produtivas competitivas alinhadas às prioridades estratégicas de Santa Catarina e do mundo.	COOPERAÇÃO EMPRESARIAL
9ª	Estimular o desenvolvimento de serviços tecnológicos avançados, especialmente nas áreas de logística, consultoria tecnológica, economia criativa e finanças.	ACESSO A TECNOLOGIA E RECURSOS
10ª	Desenvolver um programa de valorização da identidade dos produtos catarinenses, com incentivos à indústria de bens de consumo e de promoção, comunicação e comercialização no Brasil e no exterior.	AGREGAÇÃO DE VALOR

DESAFIOS

1. Direcionamento Estratégico

As pesquisas científicas e tecnológicas ainda não seguem um plano estratégico voltado à evolução do setor produtivo com subsídios relevantes para o desenvolvimento de produtos e serviços competitivos internacionalmente.

2. Inovação Ambiental

A baixa integração entre universidades, centros de pesquisa, startups e setor produtivo limita o desenvolvimento e a adoção de tecnologias ambientais voltadas à competitividade industrial.

3. Agregação de Valor

Grande parte das cadeias industriais catarinenses ainda enfrenta dificuldades para incorporar inovação, design, novos materiais e tecnologias que elevem o valor agregado da produção. Isso reduz a diferenciação dos produtos e enfraquece sua competitividade.

4. Adoção de Tecnologias

A incorporação de automação, inteligência artificial, manufatura avançada, conectividade e outras tecnologias digitais ocorre de

forma desigual entre os segmentos industriais. Esse cenário limita a produtividade e amplia a distância tecnológica, especialmente entre as PMEs.

5. Alinhamento entre Formação Profissional e Modernização Tecnológica

A velocidade da modernização tecnológica supera a capacidade de formar profissionais qualificados em tecnologia, engenharia, automação e manufatura avançada. A escassez de talentos limita a inovação, a produtividade e a difusão de novas tecnologias na indústria.

6. Integração entre CT&I e Empresas

A baixa integração entre empresas, universidades, centros tecnológicos e instituições de pesquisa dificulta a compreensão dos problemas da indústria e a geração de soluções voltadas para o aumento da competitividade e do valor agregado.

7. Acesso à Tecnologia e Recursos

A ausência de bancos de dados e de serviços de suporte dificulta o planejamento de estratégias de mercado e o acesso a oportunidades de investimento, fomento e financiamento.

8. Cooperação Empresarial

A deficiência de políticas públicas que incentivem a cooperação entre empresas limita a formação de clusters competitivos e o desenvolvimento de ações conjuntas de P&D e de mercado.



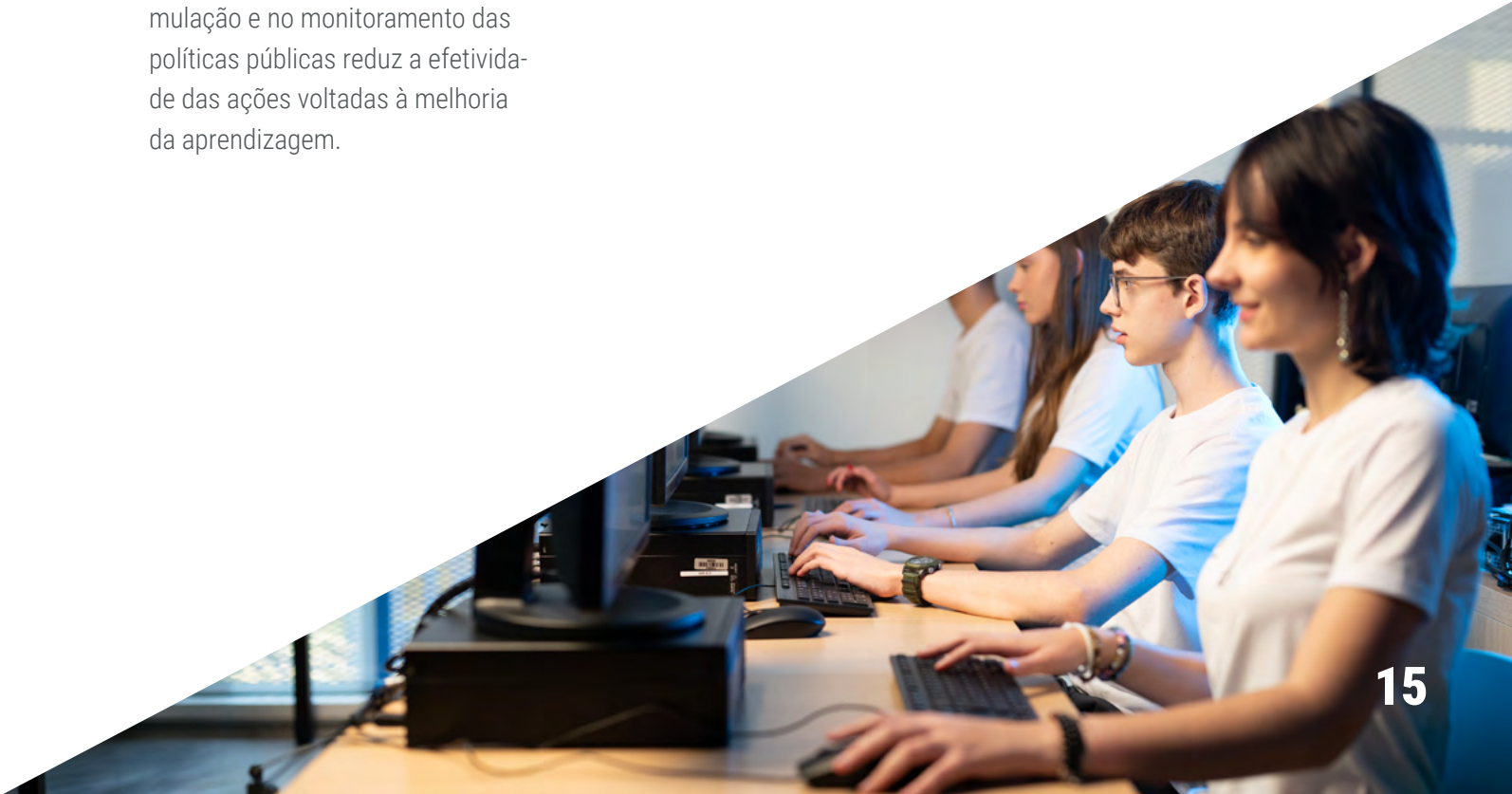
III. Área de Educação

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

1ª	Estimular políticas de melhoria da aprendizagem, com foco em alfabetização, recomposição das aprendizagens, educação em tempo integral e competências em Língua Portuguesa e Matemática.	DESEMPENHO DA APRENDIZAGEM
2ª	Ampliar programas integrados de elevação da escolaridade de jovens e adultos, articulando qualificação profissional, setor produtivo e redes de ensino.	ESCOLARIZAÇÃO E INCLUSÃO EDUCACIONAL
3ª	Priorizar investimentos nos territórios mais vulneráveis, ampliando o acesso a educação integral, tecnologia educacional e conectividade.	ESCOLARIZAÇÃO E INCLUSÃO EDUCACIONAL
4ª	Aprimorar a gestão educacional com base em evidências, indicadores e monitoramento de resultados.	GESTÃO EDUCACIONAL
5ª	Implementar políticas de atração, formação continuada, desenvolvimento profissional e valorização da carreira docente.	ATRATIVIDADE DA CARREIRA DOCENTE
6ª	Expandir a educação profissional integrada às demandas da indústria e às vocações regionais, respeitando as especificidades de cada atividade, como a flexibilização dos calendários aos períodos de safra da pesca.	ALINHAMENTO ENTRE EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO
7ª	Ampliar programas de difusão tecnológica, inovação aplicada e transformação digital para elevar a produtividade do setor industrial.	DIFUSÃO DA INOVAÇÃO E DA PRODUTIVIDADE
8ª	Consolidar programas de empregabilidade e aprendizagem industrial, aproximando a formação profissional das demandas do mercado de trabalho, com incentivos como bolsas-auxílio e prêmios por capacitação.	DISPONIBILIDADE DE TALENTOS PARA A INDÚSTRIA
9ª	Ampliar os incentivos à formação de engenheiros, medida essencial para aumentar a produtividade, agregar valor aos produtos e acelerar a evolução industrial de Santa Catarina.	DISPONIBILIDADE DE TALENTOS PARA A INDÚSTRIA

DESAFIOS

1. Desempenho da aprendizagem Os indicadores de aprendizagem ainda apresentam queda ao longo da educação básica, especialmente em Matemática e Língua Portuguesa, comprometendo a formação de competências essenciais para a continuidade dos estudos e para o mercado de trabalho.	4. Atratividade da Carreira Docente A redução do interesse pelas licenciaturas e a dificuldade de atrair e reter professores em áreas estratégicas comprometem a qualidade da educação e a formação das futuras gerações.	6. Difusão da Inovação e da Produtividade A baixa difusão de tecnologias, automação, digitalização e qualificação limita os ganhos de produtividade e a competitividade das empresas, especialmente entre micro e pequenas indústrias.
2. Escolarização e Inclusão Educacional A conclusão da educação básica ainda representa um desafio para parte significativa da população adulta e dos trabalhadores, enquanto persistem desigualdades regionais no acesso às oportunidades educacionais e na permanência dos estudantes.	5. Alinhamento entre Educação e Mercado de Trabalho A formação educacional ainda não acompanha plenamente as transformações tecnológicas e as demandas da indústria, limitando a expansão da educação profissional integrada e a atração de jovens para carreiras técnicas e industriais.	7. Disponibilidade de Talentos para a Indústria A crescente dificuldade de preencher vagas técnicas e especializadas evidencia o descompasso entre a formação profissional e as competências demandadas pelas cadeias produtivas.
3. Gestão Educacional O uso limitado de indicadores, avaliações e evidências na formulação e no monitoramento das políticas públicas reduz a efetividade das ações voltadas à melhoria da aprendizagem.		



IV. Área de Saúde

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

		DESAFIOS
1ª	Instituir uma política estadual de promoção de estilos de vida saudáveis, integrada às áreas de saúde, educação, assistência social e ao setor produtivo.	PROMOÇÃO DA SAÚDE
2ª	Implementar um programa estadual de saúde preventiva e mental para o trabalhador, em parceria com a iniciativa privada.	AFASTAMENTOS POR DOENÇAS CRÔNICAS E SAÚDE MENTAL
3ª	Instituir uma política estadual de reabilitação profissional e de retorno ao trabalho após afastamentos de longa duração.	AFASTAMENTOS POR DOENÇAS CRÔNICAS E SAÚDE MENTAL
4ª	Criar um comitê intersetorial para integrar as políticas de saúde, educação e assistência social.	INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS
5ª	Promover programas permanentes de capacitação em promoção da saúde e prevenção de doenças para gestores públicos e empresas.	INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS
6ª	Ampliar os mecanismos de resolução administrativa de demandas de saúde para reduzir a judicialização.	JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE
7ª	Implementar o programa “Indústria Parceira da Imunização”, ampliando a cobertura vacinal em parceria com as empresas.	COBERTURA VACINAL
8ª	Implementar uma plataforma estadual unificada de dados de saúde para apoiar a gestão pública e a saúde corporativa.	INTEGRAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE
9ª	Instituir um programa catarinense para fortalecer a cadeia produtiva da saúde, incentivando a produção local de insumos e tecnologias.	DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA SAÚDE

DESAFIOS

1. Promoção da Saúde

Santa Catarina ainda concentra esforços no atendimento das doenças, mantendo um sistema de saúde reativo. A integração entre as áreas de saúde, de educação, de assistência social e o setor produtivo ainda é limitada na promoção de hábitos saudáveis e na prevenção de riscos.

2. Afastamentos por Doenças Crônicas e Saúde Mental

Doenças crônicas e transtornos mentais concentram grande parte dos afastamentos previdenciários na indústria. A oferta limitada de programas preventivos e de atenção à saúde mental amplia o absenteísmo e reduz a produtividade.

3. Integração entre Políticas Públicas

A baixa integração entre saúde, assistência social e educação

dificulta a atuação sobre os determinantes sociais da saúde e sobrecarrega o SUS com demandas que poderiam ser evitadas.

4. Judicialização da Saúde

O crescimento das ações judiciais compromete o planejamento da política pública, reduz os recursos para prevenção e infraestrutura e aumenta os custos do sistema de saúde.

5. Cobertura Vacinal

A cobertura vacinal permanece abaixo das metas nacionais, aumentando a vulnerabilidade da população a doenças imunopreveníveis e pressionando os serviços de saúde.

6. Integração dos Dados em Saúde

A falta de integração entre os sistemas de informação limita o planejamento com base em evidências, dificulta as ações preventivas e reduz a efetividade dos programas de saúde pública e corporativa.

7. Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Saúde

A ausência de políticas para fortalecer a cadeia produtiva local mantém a dependência de insumos e equipamentos externos, limitando a inovação, a geração de empregos e a competitividade do estado.



V. Área Trabalhista

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

		DESAFIOS
1ª	Preservar a negociação coletiva como instrumento prioritário para a definição de jornadas e escalas de trabalho.	UNIFORMIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
2ª	Incentivar modelos de organização do trabalho negociados entre as partes, conciliando produtividade, competitividade e qualidade de vida dos trabalhadores.	UNIFORMIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
3ª	Fortalecer a segurança jurídica e o reconhecimento dos acordos e das convenções coletivas de trabalho.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA
4ª	Realizar avaliações prévias dos impactos econômicos e sociais antes de alterações na legislação trabalhista.	CUSTOS TRABALHISTAS
5ª	Garantir períodos adequados de transição para mudanças legislativas que afetem as relações de trabalho.	INSEGURANÇA JURÍDICA

DESAFIOS

1. Uniformização da Jornada de Trabalho

A adoção de regras gerais para jornada e escalas de trabalho desconsidera as particularidades dos diferentes setores produtivos, reduzindo a flexibilidade necessária à organização do trabalho e à competitividade das empresas.

2. Negociação Coletiva

A redução do espaço para negociação entre trabalhadores e empregadores limita soluções adaptadas às necessidades de cada categoria e enfraquece um importante instrumento de segurança jurídica.

3. Custos Trabalhistas

Alterações legais na jornada de trabalho podem elevar custos trabalhistas e operacionais sem ganhos proporcionais de produtividade, afetando especialmente atividades intensivas em mão de obra.

4. Insegurança Jurídica

Mudanças nas regras de jornada e escalas de trabalho, sem transição adequada, dificultam o planejamento das empresas e aumentam a insegurança jurídica nas relações de trabalho.



VI. Área de Meio Ambiente

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

		DESAFIOS
1ª	Fortalecer a capacidade técnico-científica da Epagri, ampliando a pesquisa aplicada e a elaboração de estudos de impacto socioambiental para apoiar decisões administrativas e judiciais.	ESTRUTURA INSTITUCIONAL NA EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL
2ª	Reavaliar o alinhamento entre as ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pela Epagri e as vocações, as demandas e as potencialidades produtivas de cada região.	ESTRUTURA INSTITUCIONAL NA EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL
3ª	Modernizar e simplificar os processos de licenciamento ambiental, com mais digitalização, padronização e segurança jurídica.	AGILIDADE NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
4ª	Acelerar o processo de implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), como instrumento de desenvolvimento econômico, social e ambiental.	BUROCRACIA
5ª	Ampliar e aperfeiçoar a implementação do PSA no meio rural, como instrumento de incentivo a atividades agroindustriais típicas do modelo regionalmente equilibrado de desenvolvimento catarinense.	BUROCRACIA
6ª	Ampliar os investimentos em saneamento básico e implementar um plano estadual de águas subterrâneas.	SANEAMENTO E SEGURANÇA HÍDRICA
7ª	Promover os Comitês de Bacia Hidrográfica e ampliar os programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).	SANEAMENTO E SEGURANÇA HÍDRICA
8ª	Implementar uma política estadual de adaptação às mudanças climáticas e fortalecimento da resiliência dos municípios.	RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
9ª	Instituir uma política estadual de transição energética, com metas e mecanismos de financiamento para ampliar a produção e o uso de combustíveis sustentáveis, como biocombustíveis, biometano, hidrogênio de baixa emissão e SAF.	RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
10ª	Apoiar as empresas na adequação às exigências ambientais dos mercados internacionais, por meio de crédito, certificações e assistência técnica.	ADEQUAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS INTERNACIONAIS
11ª	Implantar um plano estadual de economia circular para incentivar a reciclagem e o reaproveitamento energético.	AVANÇO DA ECONOMIA CIRCULAR
12ª	Defender a prevalência do Código Florestal na Mata Atlântica e a segurança jurídica assegurada pelo Código Ambiental de Santa Catarina.	INSEGURANÇA JURÍDICA

DESAFIOS

1. Agilidade no Licenciamento Ambiental

A morosidade e a complexidade dos processos de licenciamento ambiental reduzem a competitividade, atrasam investimentos e aumentam a insegurança jurídica para empreendimentos industriais.

2. Avanço da Economia Circular

Santa Catarina ainda dispõe de uma política estadual estruturada para ampliar a reciclagem, fortalecer a logística reversa e incentivar o reaproveitamento de resíduos como insumos produtivos.

3. Saneamento e Segurança Hídrica

Os baixos índices de coleta e tratamento de esgoto, aliados à ausência de planejamento para águas subterrâneas e à gestão ainda insuficiente das bacias hidrográficas e dos instrumentos de conservação ambiental, comprometem a segurança hídrica e o desenvolvimento sustentável.

4. Resiliência às Mudanças Climáticas

A adaptação aos eventos climáticos extremos e a transição para uma economia de baixo carbono ainda carecem de planejamento estadual, integração às políticas de infraestrutura e mecanismos permanentes de financiamento.

5. Adequação às Exigências Internacionais

As crescentes exigências ambientais dos mercados internacionais demandam maior apoio às empresas para certificações, adequação regulatória, acesso ao financiamento sustentável e desenvolvimento de soluções para atender às barreiras ambientais dos mercados internacionais.

6. Insegurança Jurídica

A sobreposição de competências, as divergências entre normas federais, estaduais e municipais e as diferentes interpretações dos órgãos de controle e do Judiciário comprometem a segurança jurídica, aumentam a incerteza para proprietários e empreendedores e dificultam a implementação de políticas ambientais.

7. Estrutura Institucional na Exploração Sustentável

A ausência de estudos técnicos independentes e de métodos validados amplia a insegurança jurídica para novos empreendimentos. Além do desalinhamento entre vocações regionais e esforços públicos de pesquisa e

extensão, esse cenário aumenta o risco da paralisação de projetos potencialmente viáveis, diante da aplicação do princípio da precaução, e limita a capacidade de o estado conciliar desenvolvimento econômico, segurança jurídica e preservação ambiental.

8. Burocracia

A relativa morosidade na validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) pelo estado gera insegurança jurídica e paralisa o setor produtivo. Sem a aprovação do cadastro, indústrias que interagem com áreas rurais ou de expansão ficam impedidas de obter licenças ambientais e acessar linhas de crédito. O desafio central é dotar o órgão ambiental de tecnologia, sistemas integrados e equipe técnica suficiente para dar vazão à fila de análises, evitando que o gargalo burocrático trave o desenvolvimento sustentável e a expansão econômica catarinense.

VII. Área de Logística e Infraestrutura

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

DESAFIOS

1ª	Atuar pela ampliação dos investimentos federais em infraestrutura de transportes no estado, especialmente nas rodovias (BRs).	INVESTIMENTOS
2ª	Consolidar o Plano Estadual de Logística de Transportes (Pelt) como referência para o planejamento da infraestrutura catarinense.	PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO
3ª	Manter atualizado o Plano Aeroviário Estadual de Santa Catarina (Paesc).	PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO
4ª	Dar continuidade aos programas estaduais de infraestrutura rodoviária.	INVESTIMENTOS
5ª	Ampliar os investimentos na conservação e na manutenção da malha rodoviária estadual.	INVESTIMENTOS
6ª	Priorizar investimentos nos acessos terrestres e marítimos aos portos catarinenses.	GARGALOS LOGÍSTICOS
7ª	Ampliar a participação privada na expansão da infraestrutura de transportes.	PARTICIPAÇÃO PRIVADA
8ª	Fortalecer as agências reguladoras para ampliar a fiscalização das concessões.	PARTICIPAÇÃO PRIVADA
9ª	Expandir a infraestrutura ferroviária para diversificar a matriz de transportes.	DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ DE TRANSPORTES

DESAFIOS

1. Planejamento de Longo Prazo

A ausência de uma política permanente de infraestrutura limita o planejamento de longo prazo, a priorização dos investimentos e a expansão integrada dos diferentes modais de transporte.

2. Investimentos

A limitação de recursos e a baixa previsibilidade orçamentária comprometem a execução das obras, a manutenção da malha rodoviária e a segurança dos principais corredores logísticos.

3. Gargalos Logísticos

A capacidade insuficiente de rodovias, ferrovias, aeroportos e acessos aos portos aumenta custos, reduz a eficiência logística e limita o crescimento econômico do estado.

4. Participação Privada

A insegurança jurídica e regulatória reduz o interesse da iniciativa privada em investir na expansão e na modernização da infraestrutura de transportes.

5. Diversificação da Matriz de Transportes

A elevada dependência do transporte rodoviário aumenta custos, reduz a eficiência logística e limita a expansão dos modais ferroviário, aeroviário e dutoviário.



VIII. Área de Segurança Pública

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

		DESAFIOS
1ª	Intensificar o combate integrado ao contrabando, à informalidade, à pirataria e à concorrência desleal.	CONTRABANDO E COMPETITIVIDADE
2ª	Expandir a cobertura das delegacias de proteção à mulher e dos serviços especializados de atendimento às vítimas, especialmente nas regiões com maior incidência.	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
3ª	Reforçar os investimentos em efetivo, capacitação e valorização dos profissionais da segurança pública.	CAPACIDADE OPERACIONAL DAS FORÇAS DE SEGURANÇA
4ª	Ampliar os investimentos em infraestrutura, viaturas, equipamentos e modernização da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar.	CAPACIDADE OPERACIONAL DAS FORÇAS DE SEGURANÇA
5ª	Implementar um programa estadual permanente de transformação digital da segurança pública, integrando sistemas e compartilhando informações entre as instituições.	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA SEGURANÇA PÚBLICA
6ª	Consolidar o uso de videomonitoramento inteligente, análise preditiva e ferramentas de inteligência artificial para prevenção e combate à criminalidade.	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA SEGURANÇA PÚBLICA
7ª	Apoiar os municípios na elaboração de planos de contingência, no mapeamento de áreas de risco e na execução de obras preventivas para reduzir os impactos dos desastres naturais.	RESILIÊNCIA AOS EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

DESAFIOS

1. Violência Contra a Mulher

Apesar dos avanços nos indicadores gerais de segurança, a violência contra a mulher permanece como um dos principais desafios da segurança pública, especialmente em determinadas regiões. O fortalecimento das ações de prevenção, proteção e resposta rápida é fundamental para reduzir a incidência de feminicídios e aumentar a efetividade da rede de atendimento às vítimas.

2. Capacidade Operacional das Forças de Segurança

Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica e Corpo de Bombeiros enfrentam desafios relacionados à infraestrutura, à renovação tecnológica, aos equipamentos e à ampliação da capacidade operacional para atender ao crescimento populacional e econômico do estado.

3. Resiliência aos Eventos Climáticos Extremos

A frequência crescente de enchentes, deslizamentos, estiagens e outros eventos extremos exige fortalecer a Defesa Civil, ampliar os sistemas de monitoramento e melhorar a capacidade de resposta dos municípios e das regiões mais vulneráveis.

4. Modernização Tecnológica da Segurança Pública

A evolução da criminalidade e dos riscos à população exige ampliar o uso de inteligência artificial, integração de dados, videomonitoramento inteligente, análise preditiva e outras tecnologias capazes de aumentar a eficiência das ações preventivas e operacionais.

5. Contrabando e Competitividade

As fronteiras brasileiras, incluindo as divisas catarinenses e os limites territoriais contíguos aos países vizinhos, facilitam a entrada de mercadorias contrabandeadas, o que reduz a competitividade da indústria local diante da concorrência desleal e do Custo Brasil.

IX. Área de Comércio Exterior

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

		DESAFIOS
1ª	Criar programas de integração entre PMEs e grandes indústrias exportadoras para ampliar a inserção internacional e o aproveitamento de acordos comerciais.	INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PMES
2ª	Aproveitar as parcerias com os países do BRICS para atrair investimentos diretos, voltados ao desenvolvimento tecnológico e à produtividade das PMEs.	INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PMES
3ª	Fortalecer programas de competitividade, transformação digital e uso de inteligência artificial para ampliar a inserção internacional das PMEs.	INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PMES
4ª	Modernizar os processos de comércio exterior, ampliar a capacidade dos órgãos intervenientes e acelerar a digitalização das operações aduaneiras para agilizar a fiscalização, especialmente no Vigiagro.	BUROCRACIA NO COMÉRCIO EXTERIOR
5ª	Priorizar investimentos nos corredores logísticos de acesso a portos e aeroportos catarinenses vinculados ao Plano Nacional de Logística.	GARGALOS LOGÍSTICOS
6ª	Instituir mecanismos que ampliem a participação do setor produtivo nas agendas de diplomacia comercial e de abertura de mercados.	PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA

DESAFIOS

1. Internacionalização das PMEs

As pequenas e médias indústrias apresentam baixa inserção internacional, limitada participação nas cadeias globais de valor e reduzido aproveitamento dos acordos comerciais.

2. Burocracia no Comércio Exterior

A lentidão dos processos aduaneiros, a limitação de pessoal nos órgãos intervenientes e a baixa digitalização elevam os custos e reduzem a competitividade das operações de exportação e importação.

3. Gargalos Logísticos

As deficiências na infraestrutura de acesso a portos, aeroportos e demais corredores logísticos, aliadas à necessidade de ampliar soluções de logística sustentável, aumentam os custos e reduzem a competitividade internacional da indústria catarinense.

4. Participação da Indústria

A limitada participação do setor produtivo nas estratégias de promoção comercial e nas negociações internacionais reduz o alinhamento entre as políticas públicas e as necessidades da indústria.



X. Área Setorial

A seção setorial reúne nove propostas, de caráter pragmático e estratégico, voltadas para corrigir distorções pontuais que, por suas especificidades, não puderam ser incluídas nos tópicos anteriores. Embora atendam a demandas próprias de cada cadeia produtiva, essas medidas têm alcance mais amplo: aumentam a previsibilidade regulatória, reduzem custos, ampliam a competitividade, estimulam investimentos e fortalecem a capacidade produtiva e os encadeamentos industriais no estado.

PROPOSTAS PRIORITÁRIAS		INDÚSTRIA DEMANDANTE
1ª	Criar soluções regulatórias para regularizar os sistemas de resfriamento mecânico visando segurança jurídica e qualidade sanitária do pescado.	ALIMENTOS
2ª	Defender a manutenção da regulamentação de nomes e rotulagem de pescados prevista na Portaria MPA nº 532/2025.	ALIMENTOS
3ª	Apoiar a inclusão de proteínas estratégicas como a sardinha na cesta básica nacional, para fortalecer a competitividade e a segurança alimentar.	ALIMENTOS
4ª	Implementar uma política estadual para a indústria de base florestal e o manejo de árvores, ampliando o acesso ao crédito e à diversificação da renda do produtor rural.	MÓVEIS, MADEIRA, PAPEL E CELULOSE
5ª	Garantir a expansão da infraestrutura elétrica e de gás natural para sustentar o crescimento industrial, a digitalização da economia, a mobilidade elétrica e a atração de novos investimentos.	ENERGIA
6ª	Reduzir os elevados custos da energia elétrica, gás natural e tributos, que comprometem a competitividade da indústria catarinense frente a outros estados e mercados internacionais.	ENERGIA
7ª	Superar gargalos de transmissão, distribuição e capacidade de conexão à rede elétrica, especialmente em regiões industriais estratégicas, assegurando estabilidade, qualidade e ampliação no fornecimento de energia.	ENERGIA
8ª	Ampliar os investimentos estaduais em infraestrutura urbana e logística nas diversas regiões com déficit do estado para integrar planejamento urbano, mobilidade e desenvolvimento regional.	CONSTRUÇÃO
9ª	Fortalecer a infraestrutura digital de Santa Catarina, ampliando a conectividade, a capacidade computacional e a cobertura de telecomunicações em áreas industriais estratégicas.	TIC

10ª	Defender o uso de instrumentos de defesa do comércio exterior para preservar a competitividade da indústria nacional diante da concorrência desleal.	TÊXTIL E CONFEÇÕES
11ª	Implantar um programa estadual de transição tecnológica para acelerar a adaptação da cadeia automotiva e do setor eletrometalmecânico à Indústria 4.0 e à manufatura avançada.	METALMECÂNICA, BENS DE CAPITAL E AUTOMOTIVA
12ª	Facilitar o acesso à habitação digna para atender às demandas decorrentes do elevado fluxo migratório para Santa Catarina, prevenindo ocupações precárias e o agravamento dos problemas de mobilidade urbana.	INDÚSTRIAS INTENSIVAS EM MÃO DE OBRA





O fundamento desta Carta é o apoio às iniciativas do empresário industrial. É dele a decisão que move a economia: o risco do investimento, a geração de empregos e a abertura de novos horizontes.

O crescimento da indústria impulsiona toda a estrutura social e gera salários dignos, cidades acolhedoras, escolas e hospitais mais fortes. Uma estratégia sólida de industrialização é a via mais segura para tornar cada catarinense protagonista de sua história.

Esta carta sela o compromisso da FIESC com quem cria oportunidades e deseja continuar gerando valor aqui, pois o desenvolvimento que dignifica nossa gente nasce da força do trabalho.

Acesse: fiesc.com.br/carta

FIESC

The image features a dark blue gradient overlay on a background of industrial machinery, likely a textile loom. The machinery is visible in the lower right portion of the frame, showing various mechanical components like threads, bobbins, and structural frames. The overall aesthetic is modern and industrial.

FIESC